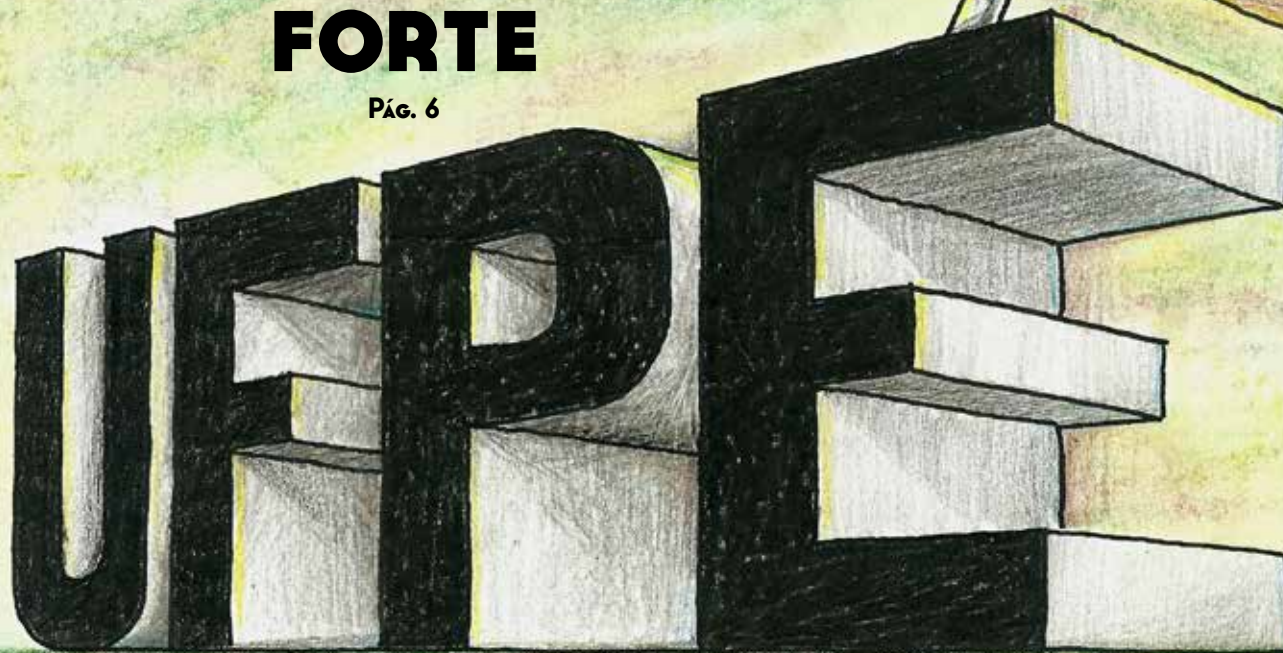




UM SINDICATO ATUANTE UMA UNIVERSIDADE FORTE

PÁG. 6



**Acessibilidade
na UFPE**

PÁG. 10

**O perfil do docente
da UFPE**

PÁG. 14

**Assédio Moral na
Universidade**

PÁG. 18

Espaço de debate, reflexão e principalmente ação

2015 chegou e, com ele, veio a renovação das expectativas, projetos e metas da Associação dos Docentes da UFPE. Sabemos que enfrentaremos muitas batalhas e queremos nos encontrar munidos de um dos principais instrumentos contra o autoritarismo – a informação.

Olhando para o ano findo, recarregamos nossas energias para caminhar em busca das mudanças e melhorias para a categoria docente. Porém, olhando para o ano nato, percebemos que serão muitos os desafios, pois estamos num cenário político de cortes orçamentários.

Durante o ano de 2014 vivenciamos importantes debates, em alguns momentos, levados para o palco do auditório Prof. Paulo Rosas, em outros, nos demais espaços do sindicato, da universidade e do Brasil.

Nesta 8ª edição da Revista ADUFEPE, queremos resgatar um pouco dos temas e ações desenvolvidas na ADUFEPE, afinal, elas não podem ser esquecidas e, principalmente, devem ser conhecidas. Em março de 2015, a ADUFEPE completa 36 anos de existência. E como não poderia ser diferente, queremos comemorar mais um ano de vida e celebrar (por que não?) 36 anos com muitos ganhos para nossos associados, docentes da UFPE.

Trazemos, nesta edição, uma reflexão sobre a atuação da ADUFEPE na UFPE ao longo destes anos e as propostas que mudaram os rumos desta universidade.

Questionamos a política financeira atual, retomamos o debate sobre acessibilidade e abordamos a questão do assédio moral na universidade.

Além disso, com o intuito de conhecer um pouco mais deste docente que representamos, levantamos o perfil profissional dos professores ativos e, também, pesquisamos as perdas dos aposentados da UFPE. Os temas aqui abordados transcendem o tempo e a história da ADUFEPE e provam que ela se estabelece como um espaço para refletir e debater os assuntos de interesse da categoria, mas também mostram que, aqui, neste sindicato, são realizadas ações efetivas para que as demandas aconteçam.

Gilberto Cunha de Sousa Filho
presidente da ADUFEPE

SUMÁRIO

3 | Opinião: As coisas como elas são. (Mircia Silva)

4 | Entrevista: José Meneses Gomes
(Auditoria da Dívida Cidadã)

6 | UFPE e ADUFEPE: Uma relação necessária

9 | Planos de saúde coletivos e o papel da ANS

10 | Acessibilidade: Realidade ou idealismo

12 | Artigo: Para quem vai a conta?
(Gilberto Cunha e Irani Júnior)

14 | O perfil da Carreira Docente na UFPE

18 | Assédio Moral na universidade



ASCOM ADUFEPE:
Jornalista: **Suara Macedo**
Programador Visual: **Wilton Pontes**

Diretoria:
Presidente: **Gilberto Cunha de Sousa Filho** (CCB)
1ª Vice-presidente: **Silvana Carvalho de Souza Calado** (CTG)
2ª Vice-presidente: **José Dilson Bezerra Cavalcanti** (CAA)
1º Tesoureiro: **Augusto César Barreto Neto** (CAV)
2º Tesoureiro: **Joaquim Sérgio de Lima Neto** (CCS)
1º Secretário: **Guilherme Costa Varela** (CAC)
2ª Secretária: **Mircia Betânia Costa e Silva** (CCS)

Suplentes:
Presidente: **Valéria de Barros Viana** (CAC)
Secretário: **Luciana Cramer** (CAA)



ADUFEPE NA INTERNET
www.adufepe.com.br
twitter: @ascom_ADUFEPE
www.facebook.com/ascom.adufepe

Av. dos Economistas, s/n - Campus UFPE
Cidade Universitária - Recife-PE - CEP: 50740-590
Tele/Fax: (81) 3036.2250 - 3036.2257 - 8690.3080



PROFª. MIRCIA SILVA
Dept. Saúde Coletiva / CCS/UFPE
Diretora da ADUFEPE

As coisas como elas são: chega de constrangimentos e desgaste, o momento é de união e justiça social.

Nem conformismo, nem aceitação, resignação ou desistência.

A situação social no Brasil tornou-se tão crítica que a insatisfação, indignação e, diga-se, revolta, são comuns no cotidiano das pessoas, em suas casas, comunidades e locais de trabalho, até involuntariamente, ao comentar as questões afeitas às relações sociais e também à subsistência individual e familiar diária, tais como as dificuldades no acesso a bens e serviços, até os temas de abrangência coletiva, de caráter nacional, tamanha é a repercussão dos escândalos de corrupção no país.

Nossa vida é, assim, atropelada pelas agruras com que o governo federal busca “resolver” cada crise que se apresenta. Como se a causa própria dessas crises não fosse a própria “ingovernabilidade” do grupo no poder.

Difícil seria o cidadão não se abalar quando tantas medidas governistas vêm, numa enxurrada, devastar esperanças de desenvolvimento humano, mesmo a longo prazo... Que dirá vislumbrar uma perspectiva de alimentar de forma saudável suas famílias, num contrassenso da proposta de Assistência Social pecuniária, há algum tempo, enfatizada pelos recentes projetos de governos travestidos de sociais-democratas.

Faz falta, no país, uma decente capacitação e fomento à realocação dos indivíduos na dinâmica de produção e reprodução social do trabalho. Mas, o que fazer diante de cenário tão desastroso? Se, de um lado, alimenta-se a chance de sobreviver ao desenfreado aumento do custo de vida nas cidades brasileiras, concomitante a elevações inflacionárias da cesta básica, combustível, tarifas de energia, transporte público, entre outras...sem falar no fantasioso salário mínimo fora da realidade! Isso, em meio ao adensamento urbano desordenado e ao desenvolvimento econômico das cidades, esquecendo-se dos que nelas habitam. O apoio devido pelo Estado à sociedade fica no vácuo de tudo isso... Vê-se pouco estímulo do projeto de “pátria educadora”, que poderia, sim, realizar uma grande reforma de base no país, porém... o que se propõe mesmo?!

Alcançar um patamar de educação, saúde e trabalho dignos, aos humanos que somos, pra falar somente de alguns direitos inalienáveis, reconhecidos internacionalmente, ou garantir serviços educacionais no livre mercado?

Nosso infortúnio crescente tem sido viver nessa teia repleta de subterfúgios, como a burocracia, a desestruturação dos serviços, a precarização do trabalho, privatizações e adendos esdrúxulos à Lei, num movimento friamente maquinado pelas madrugadas entre acordos políticos por permanência no poder, gerando uma matriz de dependência na população.

Diante disso, nos deparamos com uma perspectiva incerta, cada vez menos confiantes num serviço público sabotado, não percebendo, muitas vezes, o quanto estamos sendo feridos em nossos direitos constitucionais, justo por um mecanismo que, de forma populista, contaminada de maléficas influências do interesse privado, orquestram um vínculo dependente do capital, tornando-nos reféns de um círculo vicioso do qual não somos, nem num sonho, o centro...

Tal situação tem nos mantido apáticos, constrangidos e desgastados, pois, de fato, existe um projeto estrategicamente armado para nos enfraquecer, desagregar e desestimular a luta. Mas, como é de nossa característica, “não desistimos nunca”! O que, trocando em miúdos, de alguma forma, em qualquer lugar e circunstância, influencia e fomenta em cada um de nós alguma ação política, a partir do feito de refletir, insatisfazer-se, indignar-se, revoltar-se e, efetivamente mobilizar-se.

Isto, justamente, vem tornar-se ponto de partida para a mudança que precisamos fazer, para a luta de que tanto se fala, a começar deste movimento individual, familiar, seguindo anseios da comunidade de convivência, passando pelo âmbito do trabalho, chegando aos movimentos sociais e fóruns colegiados.

Porque não há os que não lutam por nada, bem como não há luta sem causa. Mas aqueles que almejam poder a todo custo, utilizam-se da tática de nos desestabilizar emocionalmente, infiltrando-se e jogando-nos uns contra os outros, e a sociedade contra os trabalhadores, numa falácia sobre baixa efetividade dos serviços públicos. Isto, ocorrendo em várias frentes, só fortalece a ilusão da população e, por sua vez, protela o que significa a real justiça e bem estar social.

O movimento que se reergue no âmago da mudança real e imediata é

mais um a progredir em potencial geométrico, reunindo aqueles já céticos e decepcionados com sucessivas provas governistas de condução alheia aos princípios democráticos, e afronta às conquistas sociais históricas. Nosso movimento e luta é pela união, pelo reconhecimento da causa coletiva, pela solidariedade, por acreditarmos que, dentre os Direitos Humanos, temos o âmbito social e o político que sobrepõem nossa natureza individualista, para que nossa história não se reverta numa luta por sobrevivência no mercado. Porque, antes de tudo, somos humanos, e nos vemos no outro e o entendemos ou, pelo menos deveríamos. Tanto é que conseguimos a equidade no debate, justo por acreditarmos num cenário real de dignidade e justiça social. Que seja público e de qualidade. Que seja para todos.

Assim, não nos dividiríamos entre discurso e prática, como tantos de nós fazemos, no seio de uma classe entre tantas da atual sociedade esfacelada, ainda que não seja por hipocrisia, mas por querer o bem aos nossos entes. Causa mais justa ainda se a solidariedade almejada, enfim, estender este bem a toda sociedade. Neste sentido, nosso pleito tem sido constantemente divulgado e esclarecido, em contextos diversos, ademais aos parlamentares, como em Carta encaminhada no último dia 02 de fevereiro ao Congresso Nacional, fruto de ampla discussão das representações de centrais nacionais de trabalhadores do serviço público, nos dias 31/01 e 01/02, um momento histórico de apuração das injustiças, dos atos ditatoriais e das tendências corruptíveis do governo. Expõe-se, portanto, à sociedade, os desgastes a que são submetidos os trabalhadores, como a privatização dos serviços, como na Saúde, através da EBSERH, OSs e fundações, na previdência, através do FUNPRESP e nas tentativas de extinguir nosso direito irrestrito à greve e à estabilidade. Considere-se ainda, o resgate de tantas perdas salariais acumuladas. Enfim, há um longo caminho, neste ano de difíceis enfrentamentos, mas a mobilização e campanha incessantes, com o chamado à população numa onda nacional de manifesto e protesto pacíficos embasados, são prenúncio de mudança da real reforma que precisamos no Brasil. Sigamos com fé e trabalheemos pelo bem!

“O sistema da dívida ameaça o presente e futuro dos trabalhadores”

Professor da Universidade Federal de Alagoas, **José Meneses Gomes** é coordenador do núcleo alagoano pela Auditoria da Dívida Cidadã e membro do Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais da UFAL. A ADUFEPE o recebeu no 5º Encontro de Docentes Aposentados e Aposentáveis da UFPE realizado em outubro de 2014, para debater temas como fundos de Pensão, previdência privada e dívida pública.

Ele mostrou que a compreensão desses elementos é fundamental para uma efetiva luta por direitos básicos do cidadão como a educação e a saúde. A Revista ADUFEPE fez um recorte de alguns dos meandros apresentados por José Meneses, sobre um sistema no qual estão inseridos trabalhadores, empresários, banqueiros e governo, com perdas para alguns e ganhos gigantescos para outros.



Foto: Wilton Pontes

Professor José Meneses em palestra sobre Funpresp, realizada no 5º Encontro de Docentes Aposentados e Aposentáveis da UFPE

Privatizações

1. Qual o verdadeiro motivo de privatizar obrigações do Estado como Saúde e Educação?

A partir do final dos anos 1970, com a retomada da crise capitalista com destaque para a queda da taxa de lucro industrial e na crise fiscal e financeira do Estado, tem início a busca por novos espaços de valorização do capital. Nesta direção, tivemos mudança de orientação do papel do Estado capitalista quando este deu prioridade no pagamento do serviço da dívida pública, enquanto aprofundou o processo de privatização de funções fundamentais deste Estado e no ataque aos direitos dos trabalhadores. Esta tentativa de saída da crise capitalista, também chamada de neoliberalismo, se deu inicialmente na Inglaterra e EUA nos anos 80. Nos anos 90 este processo chega a América Latina.

2. A defesa da privatização da Previdência é justificada pelo argumento de que este dinheiro seria aplicado para o desenvolvimento econômico. Isso é pertinente?

A privatização da Previdência é parte do processo de privatização da Seguridade Social e tinha como justificativa o combate a um suposto déficit previdenciário bem como que estes

fundos de pensão iriam contribuir com o desenvolvimento econômico como o aumento dos investimentos em ações. Todavia, tanto nos EUA como no Brasil, tal possibilidade não se configurou, servindo principalmente para impulsionar a especulação nas bolsas de valores e na dependência das aplicações em títulos públicos, enquanto o PIB teve crescimento baixo.

3. Quais os reais interesses por traz da privatização da Previdência?

A Previdência Social representa 22% do orçamento da União, o que acabou despertando interesse do setor privado. Atualmente já temos na previdência privada R\$ 1 trilhão, sendo R\$ 650 bilhões em fundos de pensão e R\$ 350 bilhões em previdência aberta. Destes recursos, uma grande parte está aplicada em ações e em títulos públicos. Com isso, a velhice de muitos trabalhadores está dependendo das incertezas do mercado financeiro. Para satisfazer aos interesses dos rentistas, sejam banqueiros ou fundos de pensão, o país pagou em 2014 R\$ 1 trilhão. E não se trata apenas da privatização da previdência, mas da Seguridade Social. Trata-se da privatização de funções do Estado. É preciso olhar para a intensa precarização do trabalho que teremos a partir dela.

4. O que poderia ser feito com este volume de dinheiro repassado aos rentistas?

Este dinheiro poderia ter outro destino. Seja no oferecimento de serviços públicos para todos, como na geração de emprego. Bastaria duplicarmos o investimento em saúde, educação, segurança, reforma agrária, saneamento, habitação popular, combatendo todas as formas de privatizações internas no serviço público. Nesta direção, é fundamental a auditoria da dívida pública e uma grande mobilização para que o Estado pague a dívida social que tem com os trabalhadores.

5. Qual a relação deste processo com a luta de classes?

Se antes tínhamos apenas capitalistas empenhados na gestão e exploração dos trabalhadores, agora temos segmentos da classe trabalhadora que participam destes fundos dentro do Conselho de Administração destas empresas, aliados com os demais acionistas. Com isso, o interesse destes trabalhadores passa a ser o mesmo dos capitalistas: tornar as empresas mais rentáveis. O que implica em mais precarização do trabalho com aumento de jornada, redução de salários, terceirização, etc. Exemplo: o controle acionário da Vale é exercido pelo PREVI - fundo de pensão dos trabalhadores do

Banco do Brasil. Assim, para resolver os problemas de alguns no futuro, a previdência privada acaba com o presente e o futuro de toda classe trabalhadora.

6. E a tentativa de privatização do SUS?

A mobilização contra a privatização da previdência do servidor, não pode ser separada. Temos que lutar pela retomada de todos os serviços públicos que foram privatizados. E uma das questões fundamentais é justamente a destruição do SUS. Estamos cada vez mais vulneráveis, dependendo dos serviços privados, e o serviço público está cada vez mais ameaçado. A defesa do SUS é uma luta fundamental que pode unificar todos os trabalhadores.

7. Educação e Saúde têm sido preteridas em favor de interesses financeiros?

Durante a crise de 2008, todo dinheiro público foi usando para salvar as grandes empresas capitalistas. No neoliberalismo, sempre foi dito que não havia dinheiro para educação, saúde e previdência. Mas, quando os bancos quebraram, não houve discussão do orçamento. Todo o ritual democrático para as etapas da efetivação da Lei Orçamentária Anual não existe quando se trata do interesse da classe dominante. Nos EUA, rapidamente liberaram 750 bilhões de dólares para salvar os bancos e as grandes empresas. No Brasil, ainda alega-se que não havia dinheiro para a educação, mas, em 2014 o governo gastou um trilhão de reais para pagar o serviço da dívida pública.

Fundos de pensão

8. Qual a relação dos fundos de pensão com a dívida pública?

Os fundos de pensão hoje são os grandes responsáveis pela compra de títulos públicos. Dados apontam que 16% dos credores da dívida pública são os fundos de pensão, 8% são empresas não financeiras. Nas várias etapas da crise, as perdas foram grandes em vários países. Perdas consecutivas que ameaçam o próprio valor inicial e levam à elevação da contribuição do trabalhador e do patrocinador. Futuramente, o governo brasileiro, patrocinador de grande parte

dos fundos, terá mais despesas.

9. Como aplicações da dívida pública repercutem no Funpresp (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal)?

O Funpresp começou com R\$ 50 milhões. Pelas perdas ocorridas nos títulos públicos, quando tivemos a queda da taxa básica, (e pela queda seguida no mercado de ações, especialmente nas ações da OGX, Vale, e Petrobras) é possível que as perdas do Funpresp sejam maiores. Se essas perdas continuarem, os novos professores que entraram no Funpresp, terão que aumentar a sua contribuição. E o governo também. No entanto, aumentar a contribuição não assegura a previdência privada integral, pois, ela depende do rendimento vindo do mercado financeiro. Outro fato preocupante é que, o antigo representante do Petros (fundo de pensão da Petrobras) envolvido no escândalo da operação lava jato, agora vai fazer parte do Funpresp.

“O trabalhador sabe quanto paga, mas não sabe quanto vai receber.”

10. Qual a diferença básica entre os fundos de pensão anteriores e os atuais?

Anteriormente havia os fundos de benefício definido e o trabalhador sabia exatamente o valor que receberia no futuro. Agora temos “fundos de contribuição definida”. O trabalhador sabe quanto paga, mas não sabe quanto vai receber. Ambos dependem do rendimento das ações e do que ocorrer com os títulos da dívida pública. Com as ações da bolsa rendendo cada vez menos, os fundos de contribuição definida estão cada vez mais ameaçados de não poder assegurar a complementação daquilo, que deveria ser previdência complementar.

11. Quais as consequências disso para um professor universitário, por exemplo?

Com um teto da previdência social pública de R\$ 4.390,24, além desse

valor, sua contribuição deveria complementar. Mas a previdência privada é maioria. Um professor que no final de carreira recebe R\$ 15.000, terá 2/3 da sua previdência dependente do mercado financeiro. Então, muitos professores vão protelar a sua aposentadoria, pois enquanto estiverem trabalhando terão direito ao rendimento integral. O que acontecerá efetivamente é a supressão do direito a se aposentar.

12. O que são títulos da dívida pública e em que interferem nos direitos sociais?

São títulos que o governo lança para captar dinheiro e oferece taxas de juros cada vez mais elevadas. Cada vez que o estado lança títulos públicos mais elevados, tem que pagar cada vez mais. E de onde tiram esse dinheiro? da saúde, educação, segurança, dos nossos direitos. Por isso o arrocho salarial, o desmonte da educação. Isso para que o fundo de pensão tenha mais rendimento no futuro e para que o compromisso do governo com o pagamento do juro seja cada vez maior. Ou seja, para melhorar a situação dos fundos de pensão, sacrifica-se a saúde, a educação, a previdência. E quanto maior o grau de exploração das empresas, os fundos de pensão passam a compartilhar de parte da mais-valia. Então, quanto ‘melhor’ for pra uns, pior será para outros.

13. O que resume o sistema da dívida?

Segundo Maria Lúcia Fatorelli, o sistema consiste na usurpação do instrumento de endividamento público. Em vez de ser um instrumento que aporta recursos ao Estado, passou a ser um ralo para escoar esses recursos. É esse sistema que influencia o modelo econômico. Quais são as metas econômicas do governo federal? Não são metas de bem estar social. São metas de controlar a inflação e atingir o superávit primário. Se não há recurso para pagar a dívida e atingir o superávit, então o governo corta o orçamento de diversas áreas.

UFPE e ADUFEPE:

Uma relação necessária

Desde o início, a ADUFEPE se coloca frente à sociedade e aos governos para defender a valorização da universidade

por Suara Macedo

Em 1979, quando a UFPE era uma jovem instituição de 32 anos, com mais perspectivas de mudança do que nunca, nasceu a Associação dos Docentes da UFPE - ADUFEPE. O que, hoje, é sessão sindical do ANDES-SN, surgiu numa época (antes da constituição de 1988) em que a criação de sindicatos era proibida, por isso foi definida como associação.

Naquele momento a universidade respirava os efeitos de um regime de exceção, e ao mesmo tempo sentia o cheiro de democracia trazido pela Lei da Anistia e o fim do AI-5. Parte de seus docentes, técnico-administrativos e estudantes lutavam pela democratização do país, única forma de fortalecer as Universidades Federais e o Estado de Direito.

Quando a organização do movimento docente na UFPE se colocou como um desafio para os professores, a situação política não ajudou. Era difícil articular-se e superar problemas, uma vez que a ditadura impedia a liberdade de expressão. O professor Sérgio Sette foi diretor da ADUFEPE, em 1984, e acompanhou de perto esse processo. Ele recorda que a Associação que defende a categoria docente nasceu em meio a uma demanda por democracia. “A ADUFEPE se envolveu com as *Diretas Já* e com a Lei da Anistia”.

Havia na UFPE um sistema hierarquizado e autoritário. Para escolha dos reitores, por exemplo, os nomes eram indicados no conselho universitário, sem a participação dos demais segmentos da instituição.

A professora Maria Cecília Lithg participou da formação do Movimento Docente na UFPE e, em 1989, quando a ADUFEPE fez 10 anos de existência, publicou o livro *Convencer Vencer: a Dimensão Pedagógica do Movimento Docente na UFPE*. Para ela, o sistema em torno do regime repressor influenciou a maneira de lutar. “Quando fizemos as primeiras greves era muito mais fácil apontar e gritar sobre os problemas físicos, que eram evidentes, mas não eram os piores. O que era mais difícil superar era a questão da dominação, perseguição a professores, que estavam impedidos de dar suas aulas por conta do momento de repressão. Pessoas que tinham que lutar muito para reintegrar o quadro da universidade porque tinham sido praticamente expulsos”. O conservadorismo da UFPE também dominava e impedia o crescimento da associação dos docentes. “Alguns diretores, coordenadores, pessoas que tinham cargos de chefia, muitas vezes, perseguiam, as pessoas que estavam na militância”, destaca Maria Cecília.

Hoje, aos 69 anos de existência, a UFPE tem no seu histórico a participação marcante do movimento docente, que foi primordial para o exercício da democracia no campus.

Professores colaboradores

O professor colaborador foi muito importante para o movimento docente da UFPE, principalmente porque esta condição envolve uma reflexão sobre a reestruturação da carreira de magistério superior nos anos 79 e 80.

Segundo a professora Sônia Marques, presidente da ADUFEPE, entre 1982 e 1983, duas visões marcaram a formação desta associação. Embora ambas fossem contra a oligarquia dirigente, uma priorizava o cosmopolitismo, a inovação e a excelência, enquanto a outra era mais corporativa. Ambas ainda estavam presentes nas reivindicações para que os professores colaboradores, contratados sem prestar concurso, fossem efetivados. “Acho que esse movimento dos colaboradores foi a base de um sindicalismo e de um populismo que marcam até hoje a universidade” diz Sônia Marques.



Foto: Wilton Pontes

Neste embate, a ADUFEPE se posicionou e enviou uma carta ao reitor Geraldo Lafayette Bezerra, em março de 1980, solicitando que a admissão dos docentes se realizasse apenas através de concursos. Para o professor Audísio Costa que, naquele ano, era secretário da diretoria ADUFEPE, a postura adotada pela entidade foi decisiva para a autonomia da UFPE. “Esse projeto dos colaboradores fazia parte da linha da privatização da universidade. Nós só tínhamos serviço público na universidade, mas tínhamos professores com contrato precário e não concordávamos com isso”, afirma.

Greves

Na luta por melhores condições de trabalho nem sempre a política educacional do governo é uma aliada. Começam as mobilizações. No auge do movimento sindical, uma das formas de tentar chamar a atenção para os objetivos da categoria eram as greves, como explica o professor Jaime Mendonça, diretor em 1988. “A ADUFEPE sempre foi reconhecida pela legitimidade dos professores. Temos uma série de conquistas a nível local e nacional. Lutamos por carreira, salários, obtendo algumas conquistas”.

De 1980 a 84, o movimento docente realizou paralisações nacionais. A greve de 1980 pautou o plano de cargos e salários, resultando na aprovação de decreto estabelecendo novo plano de carreira do magistério superior das IFES, reenquadramento dos docentes e reajuste de 35%. A greve de 1984, que Jaime Mendonça chama de “greve do primeiro concurso” durou 84 dias, envolveu professores de 19 universi-

dades autárquicas, num forte confronto com o governo por reposição e retroativos, mas não obteve ganhos salariais. “Devido à defasagem salarial, havia greve todo ano e, por conta delas, constantemente, havia acréscimo de salários”, pondera Mendonça.

Uma sequência de paralisações seguiu até a estabilidade econômica do governo FHC, resultando em congelamento salarial de oito anos sem reajuste. eclodiu a greve de 2005, por trazer na pauta de reivindicações a incorporação da Gratificação por Estimulo Docente, ficou conhecida como greve da GED.

Maria Cecília lembra como a ADUFEPE se articulou para ganhar a opinião pública. “A greve de 84 foi muito longa. Buscamos força através de parcerias e articulações. Foi uma atuação que extrapolou os limites da universidade”.

Sônia Marques também presenciou todos esses momentos de paralisação, indo à Brasília e participando de comandos de greve, mas reconhece hoje, o quanto as ações grevistas prejudicaram a Educação. “Do ponto de vista da compreensão sobre o movimento, eu acho que é um equívoco, porque vem dessa ideia de professor trabalhador para a fábrica, mas nós não somos uma fábrica de fazer aula. E como consequência foi extremamente danoso para a prática de ensino aprendizagem”, observa Sônia. Mas, naqueles momentos, o sistema educacional brasileiro era o foco principal.

Em seu livro, Maria Cecília Lithg, mostra que mais do que conquistas salariais, as greves possibilitaram um importante avanço na discussão sobre a reestruturação da universidade brasileira e contra a privatização do ensino.

Contribuição

Para os estudantes, além do legado histórico de professores que militam pela constante qualidade da instituição em que trabalham, ficam as conquistas. “Eu acho que as melhorias vêm em decorrência da própria eleição direta, da mudança de currículos e da visão mais aberta da sociedade. Tudo isso tem uma influência enorme para o estudante”, afirma Maria Cecília.

A atuação do movimento também veio a contribuir muito para uma prática pedagógica consciente. “Foi muito importante aquele movimento de renovação, porque as universidades Federais tinham sofrido as reformas departamentais das décadas de 60 e 68 e estavam num processo de expansão das pós-graduações e de adaptação. E no início, a ADUFEPE teve um papel renovador intelectualmente mesmo”, diz Sônia. Cecília acredita que a heterogeneidade e o confronto de ideias que o movimento propôs, refletiram em sala de aula. “Todo o diálogo que existiu entre os professores dos diferentes departamentos é de uma riqueza muito grande. Você coloca dentro de um auditório o físico renomado junto com um pedagogo e com um engenheiro. Isso é de uma riqueza imensa e quando articula-se tudo isso, ensino, pesquisa e extensão modificam-se também”.

Propostas

De acordo com Audísio Costa, a ADUFEPE foi uma das pioneiras na luta por uma carreira docente. “Iniciamos a construção de um projeto de carreira

Foto: Wilton Pontes



docente que foi colocado para discussão nacional, depois se tornou um projeto nacional amplamente divulgado”.

Um grupo de professores da ADUFEPE, que depois seria nacional, também participou da elaboração de um projeto para Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional. A proposta foi colocada para a legislação de 1995, mostrando o caráter proativo dos professores. “Nosso projeto de LDB foi para o Congresso Nacional com grandes chances de ser aprovado. Mas o governo convidou o senador Darcy Ribeiro, que colocou um novo projeto de LDB, bastante conservador como alternativa. Se assim não fosse, o nosso seria vitorioso”.

Sérgio Sette lembra que a ADUFEPE debateu a estrutura do Andes – Sindicato Nacional, em 1980, e ajudou na construção de um modelo de estrutura

sindical inovador. “Na maioria dos sindicatos brasileiros, são as confederações que atuam na esfera nacional. No caso do Andes, temos um sindicato nacional único, no qual as bases sindicais são filiadas. Na época não era consenso, mas a ADUFEPE trabalhou por isso”, explica Sette.

ADUFEPE e UFPE hoje

A postura da ADUFEPE ajudou a universidade a firmar-se como entidade constituída por um grupo disposto a arregaçar as mangas para fazer a diferença. Segundo Audísio Costa, a universidade pública atual é resultado da luta do movimento. Ele destaca a necessidade de pensar no coletivo. “O movimento docente hoje tem o seu caráter democrático, mas ainda há uma necessidade de entender a democracia

como discussão de visões distintas, sem que isso prejudique a unidade”.

O número de filiados da ADUFEPE cresceu significativamente. Em 1979, contava com 176 docentes, hoje são 2.699.

Além de buscar direitos que envolvem a carreira e melhores condições de trabalho, a ADUFEPE continua atuando em questões de interesse dos docentes por toda a universidade. Como a discussão do estatuto da UFPE, da autonomia universitária e demais políticas internas. As ações do movimento são necessárias e atuais. Nestes 36 anos de ADUFEPE, a consciência sobre a atuação docente ainda está em pauta. Aqueles que a buscaram com empenho, não se arrependem. “Valeu a pena toda esta luta. Muitas conquistas foram obtidas e eu repetiria tudo. Sem dúvidas, este foi um caminho importante, tendo as universidades federais um papel fundamental neste processo” Audísio Costa.



Foto: Wilton Portes

Planos de Saúde Coletivos e o papel da ANS



Foto: Wilton Pontes

AADUFEPE convidou representantes do Ministério Público, da Associação de Defesa do Consumidor e da Agência Nacional de Saúde para debater o assunto.

por Suara Macedo

Em 2014, os usuários do plano de saúde coletivo da UFPE SulAmérica, assegurados pela Bertier Corretora, sofreram reajuste de 23,15%. Enquanto isso, usuários de planos individuais tiveram um reajuste de apenas 10,79% (ver tabela). Isso significa que um docente que em 2013 pagava R\$ 1.400 ao convênio, teve que desembolsar mais R\$158,41. Por que tamanha diferença? AADUFEPE tem presenciado as dificuldades sofridas pelos usuários de planos de saúde da UFPE e diante das queixas em relação aos reajustes que preocupam a cada ano, criou uma comissão para acompanhar o caso (composta pelos professores Marcos Vieira, Guilherme Varela e Audísio Costa).

O assunto foi também tema do 5º Encontro de Aposentados da UFPE, com enfoque na importância da ação da Agência Nacional de Saúde (ANS) sobre possíveis abusos sofridos pelos usuários.

A ADUFEPE reforçou a necessidade da atuação da agência reguladora, dos poderes públicos, políticos e da própria universidade para garantir a execução dos princípios de assistência aos usuários. “A defesa do consumidor é o princípio norteador da ordem econômica. É preciso observar esses pontos constitucionais. E isso não está sendo observado principalmente no que tange aos reajustes dos planos de saúde coletivos”, disse a promotora Liliane da Fonseca Lima Rocha, do Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

A ANS é o órgão regulador responsável pelo setor de planos de saúde privados. Além de controlar e fiscalizar os segmentos do mercado das empresas da área, é de responsabilidade dela criar normas para que a atuação dessas esteja de acordo com o interesse público. Na prática, principalmente os usuários de planos coletivos, sentem certo distanciamento dos seus reais interesses ou de suas necessidades. Por isso, o debate realizado pela ADUFEPE defendeu a regulamentação dos planos coletivos, no intuito de evitar tamanha disparidade como esta em que planos individuais aumentam 10,79%, e coletivos 23,15%. “Não há lógica nem econômica nem jurídica para isso. Falta mesmo a normatização da questão” critica Liliane Fonseca.

No Brasil, 80% dos planos de saúde

são coletivos. Existem dois tipos de planos coletivos: os empresariais e os planos por adesão. Os primeiros possuem o maior número de usuários do Brasil e seus reajustes são negociados pelas empresas. Enquanto os planos coletivos por adesão, caso dos servidores da UFPE, são negociados pela Qualicorp (administradora criada em 2009, responsável pela negociação dos reajustes).

Os usuários dos coletivos por adesão são os mais prejudicados, pois ficam sujeitos às imposições que são firmadas à sua revelia, fenômeno que culminou na rejeição das empresas pelos planos individuais. Mais lucrativos, os planos coletivos são o foco dos convênios. Na avaliação de Liliane Fonseca, esse comportamento comercial resulta da omissão da ANS, que não fixa valores de reajuste para os planos coletivos.

A questão também não avança em termos jurídicos. Uma Resolução Normativa de 2009 (RN ANS nº 195) permite um reajuste por ano, a depender da faixa etária, mas não há especificações e limites para a aplicação. Marcos Antonio Dias de Albuquerque da ANS, também convidado pela ADUFEPE, defendeu que a agência tem construído instrumentos para a assistência tanto de usuários dos planos de saúde coletivos, quanto de individuais.

Período	% Reajuste Sul América/UFPE	% Reajustes - ANS p/ Sul América (P. Individuais) - Data
2012	14,50 %	9,37 % - 16/8/2012
2013	23,81%	10,17 % - 22/8/2013
2014	23,15 %	10,79 % - 05/8/2013
Total 3 Anos	61,46 %	30,33 %
Acumulado	74,58 %	33,49 %

Tabela elaborada pelo professor Guilherme Varela (UFPE)

Acessibilidade: realidade ou idealismo?



Arte: Wilton Pontes

por Suara Macedo

Falar sobre acessibilidade na Universidade Federal de Pernambuco é diferente de agir para torná-la uma realidade no campus. Ações práticas que implicam na acessibilidade das pessoas é o que querem docentes, estudantes, pessoas com deficiência e militantes pela inclusão como a professora Adriana Di Donato Chaves (CCS) e o professor Francisco Lima (CE). Na pesquisa sobre Condições de Trabalho realizada pelo sindicato em 2013, o quesito acessi-

bilidade foi lembrado como uma das principais queixas ligadas a reformas estruturais da UFPE.

Uma realidade que ainda precisa mudar, apesar da existência de leis que garantam o acesso de todos. Di Donato solicitou a inclusão permanente do tema na quadro de lutas da ADUFEPE, pois infelizmente, acessibilidade não consta na pauta da maioria dos sindicatos do Brasil. As razões e pretextos para a ausência do debate, vão além.

Adriana atuou na Educação Básica e confessa que fica feliz ao ouvir um professor dizer que não quer receber um aluno especial em sua turma. “Parece um contrassenso? Pois eu prefiro um professor que diga ‘eu não quero um aluno com deficiência na minha sala, do que um professor que diz ‘pode participar’ e ali o estudante fica, sem inclusão. Trata-se apenas de um discurso pretensamente correto, ele de fato não o quer”, desabafa a professora que hoje atua na coordenação do Núcleo de acessibilidade na UFPE.

No Ensino Superior não é diferente, “há muitos estudantes com deficiência que abandonam o curso por falta de acessibilidade. Temos estudantes surdos que tiveram que por um tempo pagar do seu bolso o seu intérprete de sinais”.

A exclusão, tão difícil de admitir, é fruto de um de um discurso baseado em conceitos como normalcentrismo, etnocentrismo e eurocentrismo. “O que seria normal na nossa sociedade? Até que ponto esses conceitos estão impregnados no nosso falar, no nosso pensar e agir cotidianamente. Precisamos repensar essas proposições a partir do outro”.

O reflexo desses preconceitos ainda é vivenciado diariamente pelas pessoas que transitam na universidade. O que conhecemos atualmente como pessoa com deficiência, já foi chamado de deficiente e até portador de deficiência. Termos que reproduzem preconceito, ausência de conhecimento e a dificuldade que a sociedade tem em aceitar e nomear o que é diferente.

DEFICIÊNCIA:

É o resultado da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.



LEI nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 2006, foi definido como *pessoa com deficiência*, aquela que tendo uma deficiência jurídica, física, sensorial, intelectual, mental encontra barreiras de atitude na interação social. “Isso significa que uma pessoa com deficiência só será incapaz se ela for incapacitada pela sociedade” reivindica o professor Francisco Lima.

Essas pessoas estão abrigadas pela constituição brasileira por meio da Emenda Constitucional 6.949/09.

Na tentativa de evitar crimes dessa natureza, na UFPE foi criado o Núcleo de Acessibilidade (NACE), com a participação da ADUFEPE no conselho gestor representada pela professora Valéria Viana.

Embora atuem na UFPE Transcritor de Sistema Braille e Tradutor e

Intérprete de “Linguagem” de Sinais, é proposta da coordenação do núcleo a solicitação ao MEC para a criação do cargo de Áudio-descritor (anexo II da Lei nº 11.233/2005 - “Distribuição dos cargos por nível de classificação e requisitos para ingresso”).

A ADUFEPE por sua vez, incluirá permanentemente o tema na sua pauta. “Nós temos o desejo que todos participem e que não seja pontual, mas que faça parte da cultura desta universidade. Não pensemos que é da ordem da gentileza, concessão e tolerância como muitas vezes escuto dizer, é da ordem do direito e do nosso dever como cidadãos, como docentes desta universidade” Adriana Di Donato, coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da UFPE.

Etnocentrismo

Consiste em julgar, a partir de padrões culturais próprios, como “certo” ou “errado”, “feio” ou “bonito”, “normal” ou “anormal”, os comportamentos e as formas de ver o mundo dos outros povos, desqualificando suas práticas e até negando sua humanidade

Fonte: Wild, Bianca - <http://meuartigo.brasilecola.com/sociologia/etnocentrismo-estereotipos-estigmas-preconceito-discriminacao.htm>

Eurocentrismo

Corresponde a uma expressão que emite a ideia no mundo como um todo de que a Europa e seus elementos culturais são referência no contexto de composição de toda sociedade moderna.

Fonte: <http://www.mundoeducacao.com/geografia/eurocentrismo.htm>



Professores Adriana Di Donato e Francisco Lima em palestra sobre Acessibilidade no auditório da ADUFEPE.

Para quem vai a conta?

Gilberto Cunha *
Irani Júnior *

O governo federal promoveu mudanças expressas nas Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2015, com novas regras que dificultam o acesso dos trabalhadores ao seguro-desemprego, ao abono salarial, ao auxílio doença e a pensão por morte. Por exemplo, o tempo mínimo de trabalho para ter acesso ao auxílio desemprego passa de seis meses para um ano e meio. Em relação ao abono salarial, o tempo mínimo passará de um mês trabalhado ao ano para seis meses de trabalho ininterruptos. Presume-se que o trabalhador mais jovem será o mais afetado pois, 74% dos que recorrem ao seguro desemprego (dados do governo federal) são pessoas que acabaram de ingressar no mercado de trabalho. Corrobora com isso o fato destes trabalhadores terem alta rotatividade em seus empregos, devido às precárias condições dos serviços. Em relação ao auxílio doença, que também foi alterado, a situação é ainda mais grave, pois o governo permite que as próprias empresas façam as perícias médicas, colaborando como alternativa ao INSS. Assim, fica claro mais uma vez a instabilidade dos direitos adquiridos. As medidas já entraram em vigor, mas ainda serão votadas no congresso para virarem lei. Elas visam um corte de 18 bilhões de reais da previdência. Vale salientar que a então candidata Dilma na última campanha presidencial disse que: “FGTS, hora extra, Lei de Férias, décimo terceiro salário, não mudo nem que a ‘vaca tussa’!”, bem, essa vaca deverá estar com tuberculose em breve. Na esfera da educação, os cortes no orçamento fizeram com que esta área sofresse redução de 31% do total bloqueado. Enquanto isso, segundo o orçamento federal proposto pelo executivo para o ano de 2015, reserva-se

R\$ 1,3 trilhão para gastos com a dívida pública, ou seja, 47% do arrecadado em tributos. A auditoria Cidadã, em seu manifesto, expõe que “a velha política macroeconômica, assentada em elevação dos juros, sob a justificativa de combater a inflação, aumenta os gastos com a dívida pública, beneficiando apenas o setor financeiro e é a receita infalível para o crescimento que não deu certo em nenhum país da Europa, mas que o Brasil teima em seguir”. A

elevação dos juros serve muito bem para o capital especulativo, que deixa o investimento em infraestrutura, por exemplo, para obter lucros maiores no mercado financeiro. O governo federal veta a correção do IR em 6,5%. Se fosse mantido esse percentual, aliviaria a tributação dos salários, ao utilizar um índice mais compatível com a inflação do ano passado, de 6,41%. A alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), foi elevada de 1,5%



para 3%. Esse imposto incide sobre os empréstimos bancários contratados pelas pessoas físicas.

Continuando com as medidas de “austeridade fiscal”, temos também o aumento da gasolina e do diesel no Brasil, apesar dos preços internacionais estarem em baixa. Os preços desses combustíveis vão aumentar, já que a Petrobras repassará ao consumidor a elevação do PIS/Cofins e da Cide. Com esse aumento, vários itens da cadeia produtiva também aumentarão. Pois é, a população brasileira é quem deve pagar pelos escândalos de corrupção na Petrobras...

O nosso país é rico em recursos naturais, temos uma matriz energética extraordinária, a maior biodiversidade do planeta, temos um povo hospitaleiro, nessa terra não temos, terremoto, maremoto ou furação. Por outro lado, não temos um planejamento estratégico que pense nos problemas e soluções definitivas ao invés de “meia sola” para enganar os menos esclarecidos ou favorecer aos espertos. O nosso atual problema dos recursos naturais hídricos vem se arrastando desde a venda das joias da Coroa Portuguesa na época do Brasil colônia. Se compararmos as soluções dos países no exterior, veremos o tamanho do nosso problema ou incompetência. O pior é que a culpa recai em São Pedro! Mas, ainda bem

que “Deus é brasileiro”! Depois das eleições, o Brasil voltou a pertencer ao planeta Terra, o aumento do peso do sacrifício da população (aumento dos tributos), a escassez de água e energia, o comprometimento do crescimento pela “desatenção” gerencial do governo federal, gera uma conta a ser paga pelo contribuinte, que em alguns casos está quase moribundo.

Ao invés de combater os gastos públicos, fruto da corrupção, por exemplo, o governo retira dos trabalhadores objetivando poupar em 2015, R\$ 66,3 bilhões para o abatimento da dívida pública. Poupar em nome de quê? Afinal os investimentos da Copa de 2014, não modificariam a economia injetando milhões de dólares? Bem, talvez na economia de alguns privilegiados.

Será que sacrificando a educação, talvez tenhamos, mais uma vez, a solução? Até quando seremos vítimas de políticas de contingenciamento de recursos? Até quando comprometeremos o nosso amanhã pela falta de planejamento de quem deveria planejar hoje e ontem? Não seria um “crime” de lesa pátria?

É preciso continuar atento, acompanhando o panorama nacional e internacional, para reverter os malefícios provocados por este governo. Assim, devemos defender nossa luta, criando através do sindicato uma perspectiva

de defesa dos servidores públicos federais, e não aceitar a extração desses direitos adquiridos, muito menos políticas de economia fantasiosas que só impelem o trabalhador a ver seu poder de aquisição cada vez menor, atropelando tudo que foi conquistado através de nossas lutas. Afinal, adquirimos o direito de não mais ter o direito adquirido.

Com a nova equipe econômica, parece que sai do ar a Presidente, que é ministro da fazenda, ganhando força uma equipe técnica que tentará ajustar a política econômica que, nos últimos anos, teve tudo, menos o rumo.

A expectativa, com esse novo quadro da política econômica, é que teremos, em 2015, e, principalmente, em 2016, um grande conflito de interesses entre o governo e a nossa categoria.

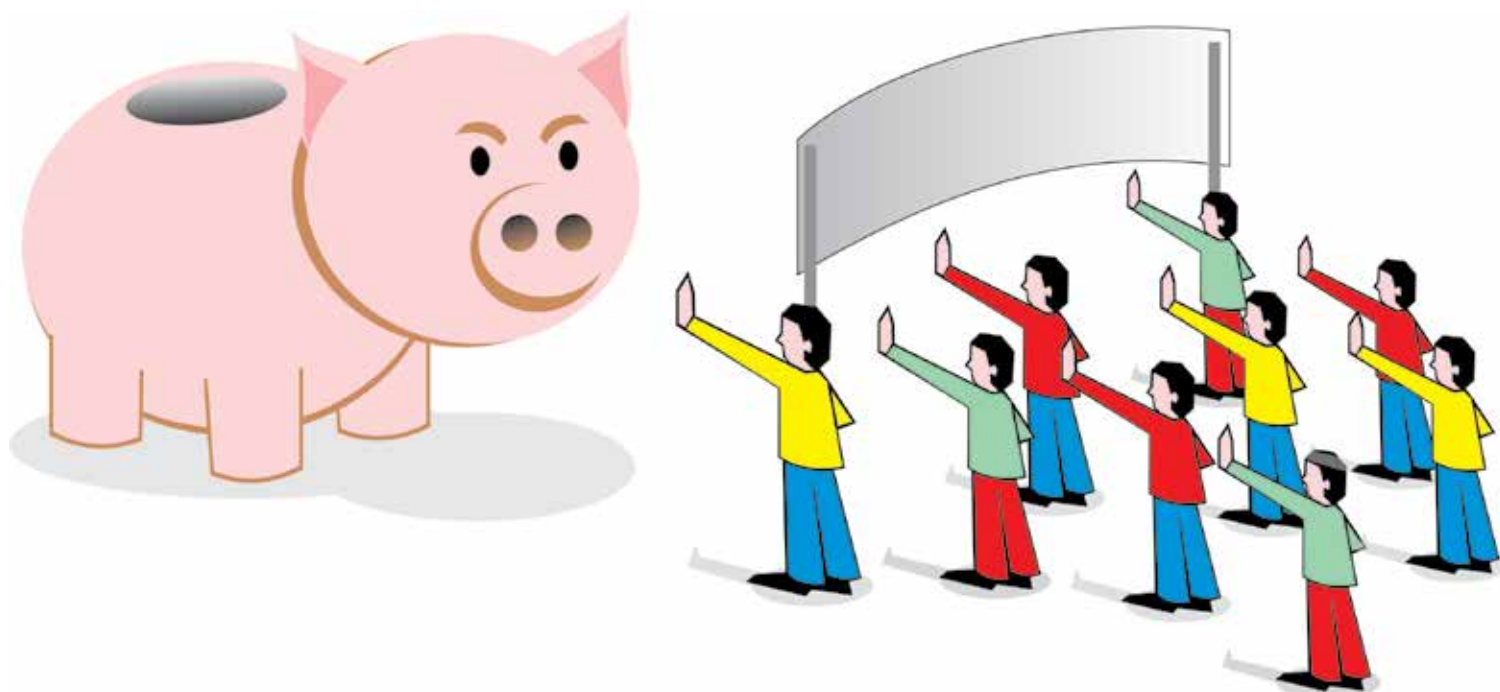
Devemos nos unir, todos os servidores públicos federais, para resistirmos às tentativas de aniquilamento e lutar, dentro do princípio da legalidade, para conquistarmos as melhorias salariais, das condições de trabalho, da paridade entre o ativo/aposentado e por uma carreira que realmente permita dizer com honra: sou ou fui professor.

* **Gilberto Cunha**

Presidente da ADUFEPE.

* **Irani Júnior**

Advogado OAB-PE. Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos da ADUFEPE.



O perfil da Carreira Docente na UFPE

A criação de um novo degrau e a imposição de uma lógica produtivista resulta num quadro composto por docentes doutores em Dedicação Exclusiva e em sua maioria Adjuntos



por Suara Macedo

Adjunto, doutor e exclusivo. Essas palavras resumem a situação profissional da maioria dos docentes da UFPE. Por trás da soma de títulos, regimes e classes há uma conjuntura que revela diversos aspectos da história da carreira docente. Até aqui, submetida a diversas tentativas de redução de custos para o Governo e perdas para os profissionais. Se o movimento docente não atuasse veementemente, as perdas seriam bem maiores.

Conforme dados da Pró-reitoria de Gestão e Qualidade de Vida (PROGEPE) em 2014, a UFPE possuía **2.301** docentes ativos e **1.317** aposentados. No universo dos ativos, **524** estão enquadrados na classe de Adjunto 1. Muitos professores iniciaram a carreira nessa classe. Com a exigência do doutorado para ocupar cargos dos dois últimos níveis, a maioria ingressou através de concurso para Adjunto. No entanto, os salários dos Adjuntos são os mais defasados. “O número de Adjuntos tem relação com a titulação. Todo doutor ascende para Adjunto. Outro fator, é que nos últimos concursos, mesmo no Reuni, optou-se para abrir vagas para doutor

– com isso temos uma quantidade muito grande nessa classe”, explica o professor Jaime Mendonça, que atua no movimento docente desde 1987.

Entre os ativos, bem mais da metade é composta por doutores (**1.650**) que trabalham em regime de Dedicação Exclusiva. Para Mendonça, esse número é consequência de dois fatores. “Se o docente não for DE ele tem um salário tão pequeno que o leva necessariamente a ter outro emprego. Outra razão é que geralmente, o docente opta por investir na pesquisa e se dedicar à universidade”. O professor Jaime acredita que o perfil de profissionais neste regime é muito positivo para a universidade, mas alerta para a necessidade de uma remuneração que corresponda a tanta dedicação. “Ao mesmo tempo em que cresce a quantidade de DE é preciso ter salários compatíveis, pois ele vive da universidade. Se não, haverá outro risco. Estar dentro da universidade procurando trabalho para completar o salário. E a dedicação exclusiva dele não será da universidade, mas salarial”.

A busca por essa valorização do trabalho docente tem sido uma luta

constante dos sindicatos. A primeira publicação da Lei 12.772/2012 permitia o ingresso do docente apenas com graduação, sem exigência do doutorado ou mestrado. O movimento docente atuou para mudar esse quadro e a ocupação dos cargos voltou a exigir doutorado. No entanto, o ingresso se dará sempre no nível inicial da carreira, independente da titulação, pelo menos no período de estágio probatório. Isso significa que ao iniciar na carreira, mesmo com doutorado, seu vencimento básico (VB) será inferior ao de quando ele já ingressava como Adjunto.

O segundo maior número de ativos está lotado como Adjunto 4 (**236**). Esses, aguardam o período de interstício para pleitear a progressão.

O professor Adjunto 4 pode passar apenas para o primeiro nível do Associado, independente do tempo que está naquela posição. Para Jaime Mendonça, isso resulta de um processo histórico. “Antes, como não havia a classe de Associado, progressão não significava tanto e muita gente não progrediu, ficando estagnado em Adjunto 1 por muitos anos. Quem ficou

parado e não fez retroativo está ascendendo agora. Por isso existem tantos Adjuntos 4”.

O Governo tratou de dificultar esse alcance com um novo degrau, com a criação da classe de professor Associado em 2006 – que vem depois do Adjunto 4 – que seria o último nível antes de se tornar Titular. Mendonça explica que a manobra do Governo está na diferença salarial. “Na classe de Associado há uma diferença salarial muito significativa. Logo, o salário do Adjunto ficou defasado. Uma “economia” que o Governo faz visando mantê-los por determinado tempo como Adjunto, para só obterem aumento ascendendo para Associado”. A diferença é tão grande que de Adjunto 4 para Associado 1, em

salário bruto, chega a R\$ 3.000.

Visando uma produção mais intensa dos docentes dentro da universidade e o incentivo à qualificação, o rigor para a passagem de um nível a outro aumentou. Alguém poderia passar de Assistente para Adjunto tendo só o título de mestre. Agora, para passar de Adjunto para Associado, há mais exigências. Além de obrigatoriamente ter título de doutor, os docentes passam por uma avaliação de desempenho em relação ao ensino (que leva em conta número de aulas dadas), pesquisa, extensão, e administração.

Outra consequência da criação da Classe de Associado, foi a dificuldade em ascender para Titular.

Capítulo recente, a progressão para titular pela carreira, foi regulamentada em 2013 como resultado da greve. Antes, para galgar o topo, era preciso prestar um novo concurso, mesmo que estivesse no último degrau antes desse nível.

Os docentes aposentados, que não haviam alcançado o cargo, se distanciaram do topo da carreira. Os que encerraram a vida profissional como Adjunto 4, na época o último nível da carreira, posteriormente não puderam pleitear uma ascensão.

E a escassez de concursos públicos para Titular levou muitos professores a ficarem estagnados na classe de Adjunto 4. Na UFPE são **574** aposentados nesta situação.

CLASSE	NÍVEL	TOTAL
TITULAR	1	104
ASSOCIADO	4	151
	3	72
	2	89
	1	203
ADJUNTO	4	236
	3	192
	2	235
	1	524
ASSISTENTE	2	104
	1	174
AUXILIAR	1	217
TOTAL GERAL		2301

Docentes Ativos da UFPE

TÍTULO	20H	40H	DE
Doutorado	96	81	1650
Mestrado	54	29	293
Especialização	6	11	14
Aperfeiçoamento			
TOTAL	156	121	1957

Docentes Aposentados da UFPE

TÍTULO	20H	40H	DE
Doutorado	28	89	381
Mestrado	30	77	262
Especialização	30	46	103
Aperfeiçoamento			3
TOTAL	88	212	749

CLASSE	NÍVEL	TOTAL
TITULAR	1	100
ASSOCIADO	4	16
	3	31
	2	31
	1	53
ADJUNTO	4	574
	3	50
	2	50
	1	108
ASSISTENTE	2	290
	1	11
AUXILIAR	1	3
TOTAL GERAL		1317

Intensificação do Trabalho Docente

Esses números também remetem a alguns elementos incorporados no *ethos* acadêmico com o estabelecimento da carreira. Em julho de 2014, o professor André Rodrigues Guimarães, diretor do ANDES – SN defendeu uma tese intitulada *Trabalho docente universitário: participação dos professores na materialização da contrarreforma da educação superior na UFPA*. Ele estudou como o trabalho docente, desenvolvido pelos professores da Universidade Federal do Pará, materializa a contrarreforma da educação superior que tem como uma de suas centralidades a privatização e mercantilização da universidade pública. Direcionado para esse cenário de redefinição do trabalho docente, o estudo supõe que o trabalho docente universitário, inserido no modo de produção capitalista, foi alterado em função do processo de contrarreforma da educação superior e pressupõe a compreensão da totalidade social, com condicionantes estruturais e conjunturais.

Em sua análise, ele identificou que a maior expansão em termos de matrícula da universidade pesquisada foi registrada em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Na UFPA, entre 1997 e

2011 o número de matriculados nos cursos de mestrado registrou crescimento de 294,6% e no de doutorado foi acima de 1.100%. “Nesse sentido, como explicitamos, os professores envolvidos em tais cursos estão entre aqueles que mais sofrem com o processo de intensificação do trabalho docente. A adesão docente a esse processo específico na pós-graduação *stricto sensu* dá-se em função do status, o reconhecimento acadêmico que, em grande medida, reflete a necessidade da meritocracia e produtivismo acadêmico”. Esse trecho extraído de suas considerações finais é oportuno para o debate de três fatores: a meritocracia, o produtivismo acadêmico e o próprio processo de intensificação do trabalho docente. Conectar esses aspectos identificados na pesquisa do professor André com o que é vivenciado na UFPA é fundamental para o início da reflexão proposta pela ADUFEPE.

São elementos presentes no discurso governamental que o sindicato tem denunciado e procurado combater, pois afetam diretamente o trabalho docente. Mas, com o tempo eles acabam sendo incorporados na cultura universitária pelos próprios professores. “E assim torna-se indiferente: se o professor é

mestre, doutor, se é da área de exatas ou humanas. Há um processo de intensificação geral de diferentes formas”. Ele afirma que alguns professores intensificam o trabalho vendendo o serviço, alguns vendendo cursos, alguns indo para pós-graduação para ter reconhecimento. “Um processo de exigência cada vez maior com o tempo do trabalho, e essa jornada se estende, não se resume ao espaço da universidade. Muitas vezes envolve as férias e o fim de semana”, disse André Rodrigues durante o 5º Encontro de Aposentados e Aposentáveis da ADUFEPE, em palestra sobre os *Impactos negativos da reestruturação da carreira docente sobre os proventos dos docentes aposentados das universidades federais*.

No entanto, ao mesmo tempo em que se exige mais trabalho, inclusive em troca de salário, a carreira deixa de ser um processo gradual de evolução em cumprimento do seu plano de trabalho, para ser uma competitividade com o objetivo de ascender. “O profissional deve preencher uma série de requisitos que ultrapassam aquilo que é seu dever enquanto docente. Para quem é DE, atividades de ensino, pesquisa e extensão inseridas numa sua jornada de 40h”.



PERDA SALARIAL 2014 - APOSENTADOS E ATIVOS COM TÍTULO DOUTOR

DENOMINAÇÃO	2014 VB	2014 RT Doutorado	Total 2014	PERDAS SALARIAL	Porcentual de Perda Salarial Mês.	Perda Anual s/Correção
Titular	6.363,17	9.592,90	15.956,07			
Associado 4	6.144,71	8.914,38	15.059,09			
Associado 3	6.038,15	8.499,36	14.537,51			
Associado 2	5.933,80	8.076,97	14.010,77			
Associado 1	5.923,92	7.680,58	13.604,50			
Adjunto 4	4.704,71	5.668,86	10.373,57	4.685,52	31,11 %	373,32%
Adjunto 3	4.629,98	5.430,55	10.060,53	4.476,98	30,79%	369,48%
Adjunto 2	4.556,75	5.203,58	9.760,33	4.250,44	30,33%	363,96%
Adjunto 1	4.484,99	5.051,87	9.536,86	4.067,64	29,89%	358,68%
Assistente 1	4.176,95	4.651,67	8.828,62			
Assistente 2	4.111,05	4.628,98	8.740,03			
Adjunto D ou Assistente M	3.865,83	4.614,91	8.480,74			
Auxiliar Grad. ou Especialista	3.804,29	4.540,35	8.344,64			

PERDA SALARIAL 2014 - APOSENTADOS COM TÍTULO DE MESTRE

DENOMINAÇÃO	2014 VB	2014 RT Mestrado	Total 2014 VB + RT Mestrado	Diferença entre Ass. e Adj.	Porcentual de Perda Salarial Mês.	Perda Anual s/Correção
Titular	6.363,17	3.293,40	9.656,57			
Associado 4	6.144,71	3.155,10	9.299,81			
Associado 3	6.038,15	3.154,25	9.192,40			
Associado 2	5.933,80	3.153,36	9.087,16			
Associado 1	5.923,92	3.151,25	9.075,17			
Adjunto 4	4.704,71	2.501,25	7.205,96	2.093,85	22,59%	271,08%
Adjunto 3	4.629,98	2.403,19	7.033,17	2.159,23	23,50%	281,88%
Adjunto 2	4.556,75	2.332,03	6.888,78	2.198,38	24,19%	290,28%
Adjunto 1	4.484,99	2.261,88	6.746,87	2.328,30	25,65%	307,80%
Assistente 1	4.176,95	2.035,40	6.212,35			
Assistente 2	4.111,05	2.020,25	6.131,30			
Adjunto D ou Assistente M	3.865,83	2.016,09	5.881,92			
Auxiliar Grad. ou Especialista	3.804,29	1.931,98	5.736,27			

Perdas salariais dos docentes aposentados

Uma das pautas do movimento docente atualmente é a paridade entre ativos e aposentados. No entanto, um dos exercícios mais dolorosos do movimento hoje é somar perdas ao invés de ganhos. É fato que ao longo dos anos, os docentes aposentados sofreram as maiores perdas da categoria. Com o intuito de chamar a atenção para o volume de prejuízos sofridos pelos aposentados, o GT da ADUFEPE fez uma análise específica na Lei de reestruturação da carreira.

Conforme tabelas acima, elaboradas pelo professor Guilherme Varela, coordenador do GT de Aposentados da ADUFEPE, a primeira grande perda está relacionada à criação da classe

de professor Associado. Para quem se aposenta como Adjunto, as perdas variam de 29,89% a 31,11%.

Para o Adjunto 4, com doutorado, uma diferença mensal de R\$ 4.685,52 em relação ao Associado 4. Para os docentes com mestrado, as diferenças chegam a 25,65%, que corresponde a R\$ 2.328,30 a menos no bolso do Adjunto 1.

“Isso realmente foi uma injustiça. Muitos professores doutores ficaram anos como Adjunto 4, se aposentaram naquela classe e agora veem todos receberem salários mais altos do que eles; os ex-alunos, os doutores que eles formaram” avalia Jaime Mendonça sobre a criação da classe de Associado.

São os Adjuntos com mestrado que sofrem a segunda perda destacada na pesquisa do GT. Eles tiveram os valores de retribuição por titulação (RT) congelados por três anos. O Adjunto 1 por exemplo, permanece recebendo R\$ 2.261,88 de 2013 a 2015.

Além dos danos previstos na chamada reestruturação da carreira, os aposentados contam perdas que atingem todos os servidores públicos, como a Contribuição Previdenciária. Um desconto mensal de 11 a 13% do salário do aposentado sem nenhum retorno ou benefício.

Eles também enfrentam o fim da integralidade da aposentadoria e a criação do regime complementar.

Assédio Moral na Universidade:

Uma realidade que não pode ser ignorada



Juliana Teixeira (CCJ), Gilberto Cunha (ADUFEPE) e Maria Lúcia Robazzi (USP) em mesa redonda durante o 5º Encontro de Aposentados e Aposentáveis da UFPE.

por Suara Macedo

Aos poucos, vem crescendo o número de docentes da UFPE que procuram a assessoria jurídica do sindicato alegando serem vítimas de assédio moral. Porém, grande parte dos assediados ainda prefere não denunciar, por razões como o medo de represálias de quem assedia, ou a dificuldade em provar.

“É muito difícil as pessoas verbalizarem que estão sendo assediadas, pois acham que assim vão sair do emprego” diz a professora Maria Lúcia Robazzi, da USP, convidada pela ADUFEPE para participar de mesa intitulada *Assédio Moral nas universidades públicas*.

O assédio moral se dá quando uma pessoa, ou um grupo de pessoas exerce “violência psicológica extrema, sistemática e recorrente, durante tempo prolongado, sobre outra pessoa no local

de trabalho”. A finalidade do assediador é perturbar a execução do trabalho da vítima, destruir suas redes de comunicação e sua reputação até conseguir que ela deixe o local de trabalho. As consequências desse mal recaem principalmente sobre a saúde física e mental do trabalhador.

Além do mal-estar extremo que pode resultar no pedido de demissão, o uso de poder contra uma pessoa traz malefícios para o desenvolvimento físico e moral.

No caso dos docentes das universidades, geralmente o assediador ocupa um cargo de chefia, mas também pode partir de colegas (horizontal).

Por ser uma instituição caracterizada por hierarquias e procedimentos rígidos, infelizmente a universidade é um ambiente muito propício para a ocorrência de assédio moral. “A preocu-

pação com rankeamentos e uma rotina de competições e publicações contribuem neste conjunto de fatores que culminam em irritação, ameaças, atritos e de imposições organizacionais que geram desvalorizações e humilhações” diz Robazzi.

A professora Juliana Teixeira, da Faculdade de Direito da UFPE, reforça que o assédio é consequência das pressões produtivistas na universidade, e se constitui através de um comportamento de natureza privada. “Relações de assédio repercutem nas universidades federais porque elas também aderiram ao modelo organizacional do cumprimento de metas. O empresário organiza-se para obter mais lucro do empregado. É perigoso transferir isso para universidade, pois o produto dela é o conhecimento” alerta a docente.





“O objetivo do assédio é humilhar, ofender, ridicularizar, inferiorizar, culpabilizar, amedrontar, punir ou desestabilizar emocionalmente os trabalhadores, colocando em risco a sua saúde física e psicológica, além de afetar o seu desempenho.”

Maria Lúcia Robazzi

Como identificar

Não é por acaso que o assédio moral é difícil de ser identificado, denunciado e assumido. Muitas vezes o assediado não sabe que está sofrendo o assédio moral, e alguns assediadores não se reconhecem com tais.

O problema não tem uma face característica nem mesmo na legislação. Juliana Teixeira pontua que existem muitos projetos de Lei sobre o assunto, mas infelizmente, a legislação federal não trata especificamente sobre assédio moral, ficando a competência processual na esfera municipal e estadual. Também não há nenhum projeto de lei específico para as relações de docentes.

Resta, como único dispositivo que pode criminalizar o assédio moral, o Art. 216 do código penal: *constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função*. Juliana lamenta, pois o texto só tipifica o assédio do superior para o inferior (assédio vertical), culminando na dificuldade em caracterizá-lo.

Mas os profissionais que sofrem ou

já sofreram assédio, sentiram na pele os atos que o caracterizam. São inúmeras as formas de violência no trabalho. “O objetivo do assédio é humilhar, ofender, ridicularizar, inferiorizar, culpabilizar, amedrontar, punir ou desestabilizar emocionalmente os trabalhadores, colocando em risco a sua saúde física e psicológica, além de afetar o seu desempenho e o próprio ambiente de trabalho” elenca Maria Lúcia Robazzi.

Atos com o intuito de expor um colega a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes, podem assumir ações diretas como acusações, insultos, gritos, humilhações públicas; e indiretas, através de propagação de boatos, isolamento, recusa na comunicação, fofocas e exclusão social (Veja a lista).

Verifique na lista ao lado se você já passou por situações semelhantes na universidade e não tenha medo de denunciar. “Na esfera privada o sujeito pode recorrer à justiça do trabalho, no nosso caso, em universidades federais, podemos recorrer à justiça federal” instrui Juliana Teixeira. A Assessoria jurídica da ADUFEPE também pode orientá-lo sobre essa questão.

Atos de assédio:

- Retirar da vítima sua autonomia;
- Não lhe transmitir informações úteis para a realização de tarefas;
- Contestar sistematicamente as suas decisões;
- Criticar seu trabalho de forma injusta ou demasiada;
- Privá-la de acessar seus instrumentos de trabalho: telefone, fax, computador, etc,
- Retirar o trabalho que normalmente lhe compete e dar permanentemente novas tarefas;
- Atribuir proposital e sistematicamente tarefas inferiores ou superiores às suas competências;
- Pressioná-la para que não exija seus direitos;
- Agir de modo a impedir ou dificultar que a vítima obtenha promoção ;
- Desconsiderar recomendações médicas;
- Induzi-la ao erro.

“Na esfera privada o sujeito pode recorrer à justiça do trabalho, no nosso caso, em universidades federais, podemos recorrer à justiça federal.”

”

Juliana Teixeira





COMUNICADO

Zelando pelas necessidades administrativas internas, bem como, pela defesa e proteção dos direitos de seus filiados, a Presidência da ADUFEPE juntamente com a Presidência de Assuntos Jurídicos, comunica que a assistência jurídica prestada em plantões diários, em nossa sede, foi ampliada para a área do Direito Cível, que inclui:

- a) **Contratos em geral** (Ex.: compras, vendas, doações, locações, empréstimos, cobranças, seguros);
- b) **Responsabilidade Civil** (Ex.: Acidentes de trânsito, indenizações);
- c) **Direito das coisas** (Ex.: posses, propriedades);
- d) **Direitos de vizinhança e Condomínio em geral;**
- e) **Família** (Ex.: casamentos, relações de parentesco, filiações, direitos patrimoniais, regimes de bens entre os cônjuges, alimentos, bem de família, união estável, tutela e curatela);
- f) **Sucessões** (Ex.: herança e sua administração, sucessão legítima, sucessão testamentária, inventário, arrolamento e partilha);
- g) **Imobiliário** (Ex.: aquisições; vendas, permutas, doações e locações);
- h) **Saúde** (Ex.: aumentos de mensalidades, negativas para exames e procedimentos pelos planos de saúde; Indenizações por Danos);
- i) **Defesa do Consumidor** (Ex.: contratos de adesão, cláusulas abusivas, defeitos em produtos ou serviços, reparações de danos, responsabilidades civis dos fornecedores, negativas indevidas em cadastros de proteção ao crédito).

Estaremos divulgando os dias, horários e forma que será prestada a assistência jurídica na nossa página do jurídico: www.adufepe.com.br/juridico.html

Gilberto Cunha

Presidente da ADUFEPE

Irani Júnior

Advogado OAB-PE.

Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos.



Confira os convênios que dão descontos especiais aos sócios da ADUFEPE.

Saiba mais no site:
www.adufepe.com.br



**EKUBO
MEDICINA
ORIENTAL**



ADUFEPE na internet

Acompanhe os principais acontecimentos do seu sindicato nas redes sociais e pelo site

www.adufepe.com.br

facebook: [ascom.adufepe](https://www.facebook.com/ascom.adufepe)